

Escola Itinerante em acampamentos do MST

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

DESDE QUE a Escola Itinerante no Rio Grande do Sul foi legalmente aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 19 de novembro de 1996, como uma experiência por dois anos, esta escola tem sido alvo de comentários, críticas, dúvidas, elogios, questionamentos e inquietudes. Por outro lado, tem trazido motivos e razões para pensarmos mais seriamente sobre o papel da educação e da escola no MST, neste momento histórico. Ao mesmo tempo, tem-nos feito refletir sobre esse papel e celebrar o ganho e o avanço político-pedagógico na história da educação do MST.

Sobre a Escola Itinerante já existe alguma coisa escrita: foi elaborada uma dissertação de mestrado na Universidade Federal de Santa Maria (1), publicado um artigo nas *Coletâneas* do Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2), outro texto que circulou mais internamente foi escrito por ocasião de um vendaval que levou o *barraco amarelo* da escola, mas não a esperança e o sonho dos que nela acreditam (3), e um *Relatório de Atividades*, apresentado à Secretaria de Educação com o objetivo de justificar a aprovação da continuidade da experiência (4). Mas ainda faltava, segundo nosso ponto de vista, um texto que fosse produzido pelos próprios sujeitos diretos desta experiência.

Preocupados em responder a algumas das perguntas que vêm sendo formuladas com relação à Escola Itinerante, desde sua criação legal, entre elas condições de funcionalidade, local de trabalho, como são trabalhadas as questões pedagógicas, a realidade dos professores e a participação das crianças acampadas nas ações de luta pela terra, foi que tomamos a decisão de escrever este texto.

Como se organizou e como funciona a Escola Itinerante

A Escola Itinerante nasceu das necessidades e da luta dos acampados, especialmente das crianças. Iniciou-se a sua organização a partir da elaboração de uma proposta pedagógica para dar atendimento às crianças, aos adolescentes e aos jovens dos acampamentos dos Sem-Terra, pelo Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação – Divisão de Ensino Fundamental –, juntamente com o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Rio Grande do Sul.

Após ter sido aprovada pelo Conselho Estadual de Educação com o nome de *Experiência Pedagógica – Escola Itinerante*, tendo como Escola-Base a Escola Estadual de 1º grau Nova Sociedade, do assentamento Itapuú, no município de Nova Santa Rita, que passou a dar o suporte organizativo e institucional à Escola Itinerante, houve então o reconhecimento oficial.

São responsáveis pela execução da Proposta Pedagógica,

- pelo MS: a Direção Estadual, as Direções do Ensino Acampamentos, as Equipes de Educação dos Acampamentos e o Setor de Educação;
- pela Secretaria Estadual de Educação: a Divisão do Ensino Fundamental, Departamento Pedagógico, assessorada pela Comissão Interinstitucional de Educação nos Acampamentos e Assentamentos.

Como está organizada

A Escola Itinerante nos acampamentos está organizada em etapas, que correspondem ao ensino fundamental de 1ª a 5ª séries, com objetivos e conteúdos próprios a cada etapa. Estes conteúdos são construídos no decorrer do processo pedagógico, considerando e respeitando os conhecimentos *produzidos historicamente pela humanidade*, contextualizando-os e dando prioridade àqueles considerados socialmente úteis e com sentido concreto para as vidas dos educandos, desde já.

As etapas previstas na Proposta Pedagógica da Escola Itinerante caracterizam-se por flexibilização pela integração. A organização curricular prevista a cada etapa possibilita a apreensão e a sistematização de conhecimentos conforme o processo de cada aluno, aluna. No momento em que a criança construir as referências correspondentes a cada etapa, ela passará para a seguinte, ficando claro que o ingresso ou a passagem das etapas poderá acontecer em qualquer época do ano letivo, a partir de avaliação realizada pelos professores.

Sendo esta uma Proposta Pedagógica específica e diferenciada, não segue as determinações do período previsto na LDB, que prevê 200 dias letivos. No entanto, respeita o tempo de cada aluno na construção do seu conhecimento. A frequência e o horário são fixados a partir do compromisso assumido entre professores, alunos, comunidade do acampamento, Secretaria de Educação e MST.

O processo educativo é construído e avaliado pelo colegiado de direção dos acampamentos, pela assembléia dos pais, alunos e professores e pela equipe de educação do acampamento, com a Escola-Base, a Delegacia de Educação de Canoas e o acompanhamento do Conselho Estadual de Educação.

A Escola-Base tem como função acompanhar e dar suporte legal à vida escolar dos alunos e à vida funcional dos professores, como também incluí-los

no seu corpo administrativo-financeiro, administrando a verba da autonomia financeira em benefício da Escola Itinerante.

Quanto aos recursos humanos, inicialmente a escola contou com oito professores formados no curso de Magistério do MST e outros em formação, desempenhando funções de monitoria. Os professores e monitores são indicados pelo Setor de Educação do MST, por terem condições pedagógicas para atuar na escola do acampamento.

A Escola Itinerante possui uma estrutura de acompanhamento pedagógico e assessoramento legal através da Direção, Secretaria, Supervisão e Orientação da Escola-Base. A princípio funcionava debaixo das árvores, depois passou para barracões de lona preta. As crianças sentavam-se no chão ou em pequenos bancos de madeira, confeccionados pelos pais, apoiando os cadernos no próprio colo, o que dificultava os registros escolares. Mais tarde bancos e mesas rudimentares foram fabricados pela comunidade do acampamento para facilitar o trabalho pedagógico. Em algumas classes havia pedaços de quadro-verde, enquanto em outras o professor ou a professora usavam papel em forma de papelógrafo para, pela visualização da escrita, facilitar a compreensão dos seus alunos.

Passaram-se meses até que a estrutura da escola, projetada com quatro barracas de lonas amarelas, desmontáveis, com capacidade para abrigar 35 alunos em cada classe e um mobiliário dobrável constituído de mesas, cadeiras e quadro-verde, repassados pela Secretaria de Estado da Educação, chegasse ao acampamento. Tanta espera não chegou a ser compensada porque, nem um mês depois da construção, um vendaval levou os barracos da escola, como já mencionado. Diga-se de passagem, foram os primeiros barracos do acampamento a serem levados pelo vento, demonstrando que a *tecnologia* própria da montagem dos barracos de lona preta ainda não fora parar nos currículos dos cursos de arquitetura ou de engenharia (!). Posteriormente, dada a demora de uma solução pela Secretaria, a própria comunidade mobilizou-se e reconstruiu os barracos da escola. Tiveram que voltar a ser de lona preta, e com *tecnologia própria*.

Enquanto se aguardava a vinda dos equipamentos e mobiliários, foram organizadas as turmas de acordo com a proposta, em etapas, correspondentes ao ensino de 1ª a 5ª séries. Os alunos que possuíam a documentação escolar adequada, ingressavam na etapa condizente com o nível de escolaridade para seguir seus estudos. Aqueles que ainda não tinham a documentação necessária, passavam por avaliações e entrevistas a fim de se constatar o seu grau de conhecimento, que deveria corresponder à etapa em que iriam ingressar.

A Escola Itinerante foi pensada em tempo integral, no qual os alunos têm aula em um turno e no outro participam de oficinas pedagógicas com o objetivo de ampliar os tempos formativos, desenvolvendo habilidades e expressões culturais diversas. As oficinas são dinamizadas e assumidas por monitores, pais e pessoas

da comunidade. Ainda estão em fase inicial de implementação, sendo um grande desafio pedagógico para as equipes que nelas trabalham.

A discussão e a organização curricular ocorreram inicialmente, quando os professores foram estudando, discutindo, selecionando conteúdos, planejando, fazendo encaminhamentos, experienciando, refletindo seus avanços, desempenhos e angústias, acontecendo assim como um dos momentos importantes do processo pedagógico.

Este processo de organização e formação pedagógica estava previsto desde o início. Estava claro que para conceber e implementar uma proposta pedagógica específica, contando com um coletivo de pais, professores, Setor de Educação, direção do acampamento, havia a necessidade de um acompanhamento pedagógico sistemático e militante. Seu primeiro papel seria o de conhecer as necessidades, ansiedades, preocupações e aspirações da comunidade. Ao mesmo tempo, buscar entender a concepção de educação, e os princípios pedagógicos do MST.

Sem dúvida, foi e continuará sendo preciso estudar muito, e refletir sobre cada passo do processo de implementação desta proposta pedagógica. Os princípios não se realizam por si mesmos. É preciso construir sua prática, a cada momento, em cada situação. E, sobretudo, é preciso admitir que, educadores e educandos, comunidade, MST e Secretaria, todos somos aprendizes neste processo. Daí o que temos a fazer é refletir juntos, não temendo o conflito e tendo humildade e ousadia.

“Para mim, depois de 25 anos de magistério, acompanhar a Escola Itinerante é um desafio constante. Então a gente vê como professora está sempre aprendendo” (5).

Neste processo está sendo muito importante o acompanhamento específico de uma professora experiente, indicada pelo MST e pela Secretaria de Educação, que está ajudando, desde o início, a refletir e a avançar o que-fazer pedagógico.

A partir do primeiro mês de experiência, concluiu-se que haveria a necessidade de planejar as aulas conforme a metodologia dos temas geradores. Com esta constatação, o processo pedagógico foi redimensionado, tendo-se então uma nova visão sobre a importância de certos conteúdos a serem trabalhados, surgidos dos temas geradores, sem deixar de considerar os conteúdos indicados como básicos em cada etapa desse processo.

A avaliação

A avaliação na Escola Itinerante ocorre de forma global, participativa e contínua, acompanhando o processo de construção do conhecimento dos alunos. Diariamente o aluno é observado, avaliado e acompanhado pelos professores em cada etapa.

Importa dizer que na concepção dialética da proposta de avaliação desta escola, avaliar significa considerar e valorizar todos os momentos pedagógicos, isto é, a metodologia, o conteúdo, os professores e a comunidade, dentro das suas responsabilidades, objetivando o crescimento coletivo.

De acordo com esse processo avaliativo, garante-se ao aluno um comprovante de escolaridade em qualquer momento, para fins de transferência ou ingresso na escola regular.

Balanço das atividades do setor de educação do MST (6)

Abrangência

O trabalho de educação do MST abrange 23 estados no país, realizado nas seguintes frentes: ensino fundamental (primeiro grau); educação de jovens e adultos; educação infantil; formação de educadores em cursos não-formais, em cursos formais de magistério e de pedagogia; ensino médio, também na área de formação de técnicos, em administração de assentamentos e cooperativas.

Dados estatísticos

Dados que correspondem à abrangência do MST nas atividades escolares formais:

- 1800 escolas de ensino fundamental;
- 3,9 mil educadoras do ensino fundamental;
- 160 mil estudantes, aproximadamente;
- 30 mil educandos entre jovens e adultos;
- 3 mil educadores de jovens e adultos;
- 250 estudantes de educação infantil (cirandas infantis);
- 448 estudantes no Magistério e em Pedagogia;
- 37 estudantes de medicina em Cuba, 13 cursando o terceiro ano, 12, o segundo e outros 12 o primeiro ano;
- uma Escola Itinerante, que tem abrangência estadual no Rio Grande do Sul, atendendo a todos os alunos em idade escolar do ensino fundamental das áreas de acampamento, experiência da escola que acompanha alunos e pais em sua incansável luta por Reforma Agrária.

Destaca-se que a maioria das escolas do MST não possuem biblioteca. Como exigência do Ministério da Educação e Desportos (MEC), somente escolas

de ensino fundamental completo (1^a a 8^a séries), com mais de 100 alunos, têm a oportunidade de consegui-la. Sendo assim, apenas em torno de 100 escolas em acampamentos do MST têm biblioteca, as demais não satisfazem a tal exigência.

Entretanto, há algumas experiências alternativas de bibliotecas em escolas de assentamentos, as quais conseguiram doações de livros de literatura – infantil, juvenil e de adultos –, dicionários, atlas, mapas... Ressalta-se que as bibliotecas que já funcionam nas escolas também atendem aos jovens e adultos do assentamento, que praticamente não têm acesso aos saberes, à ciência, à cultura e à arte.

Notas

- 1 Darlan Faccin Weide, *Que fazer pedagógico em Acampamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul*. Santa Maria (RS), 1998. Dissertação (mestrado em educação), Universidade Federal de Santa Maria.
- 2 Isabela Camini, Aprovada a Escola Itinerante para os *sem-terrinha*: um ganho pedagógico e político para o MST. Porto Alegre, *Coletâneas*, revista do PPGEDU/UFRGS, v. 3, n. 89, p.67-68, set./dez. 1996.
- 3 *Id.*, O vento que levou a Escola Itinerante não levou a esperança dos que nela acreditam. Porto Alegre, 1997.
- 4 *Relatório Escola Itinerante*. Porto Alegre, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, Divisão do Ensino Fundamental e Setor de Educação do MST, 1997.
- 5 Manifestação de Madalena – responsável pelo acompanhamento pedagógico da Escola Itinerante.
- 6 Dados atualizados até janeiro de 2001.

Este texto foi extraído do primeiro número da coleção *Fazendo Escola*, editada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, setor de Educação, publicado em junho de 1998, com dados estatísticos atualizados.